

As organizações da sociedade civil apoiam a proposta da Comissão Europeia para prevenir e combater o abuso sexual infantil: Uma Carta Aberta para a União Europeia

No dia 11 de Maio, a Comissão Europeia tornou pública uma proposta de Regulamento que estabelece normas para prevenir e combater o abuso sexual de crianças. Considera-se esta uma proposta oportuna e histórica, não só para a Europa mas para todo o mundo. Quando aprovada, esta legislação pode ter um impacto muito além da EU e ajudar a avançar na luta global contra o abuso sexual infantil, tanto no contexto online como offline.

Centrando-se na dimensão online do abuso sexual de crianças, a Comissária da UE para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, sublinha que, só nos últimos dez anos, na UE, houve um aumento de **6000%** nas denúncias de abuso sexual de menores online. A maioria das imagens permanecem escondidas, as vítimas desconhecidas e os abusos não são detetados nem denunciados. Mesmo assim, ainda que as denúncias sejam só a ponta do iceberg, atingem enormes proporções: o [Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas](#) recebeu quase 85 milhões de ficheiros que continham material sobre o abuso sexual infantil em 2021. No ano anterior, esse número foi de 65 milhões. Mais de **62% do material de abuso sexual de crianças online** (CSAM, acrónimo em inglês), proveniente de todo o mundo, é alojado em servidores sediados na UE. Será necessária a colaboração entre cidadãos, instituições, decisores políticos, empresas de tecnologia e organizações sem fins lucrativos para resolver um problema com esta escala.

Nós, como coletivo de organizações que lutam pelos direitos, segurança e proteção das crianças online e offline, apoiamos a proposta da Comissão Europeia como um passo crucial para uma melhor proteção dos direitos da criança. O Regulamento proposto apresenta uma visão para uma Internet responsável, onde as crianças são livres de serem curiosas e de explorarem espaços online em segurança. O seu objetivo é assegurar que a tecnologia seja desenvolvida e utilizada em conformidade com os valores da União Europeia e respeitando os direitos fundamentais, dando especial atenção à proteção das crianças.

Os quadros legislativos atuais variam muito entre os Estados-Membros da EU. Dependendo de ações voluntárias dos prestadores de serviços online, não procuram resolver os problemas que podem surgir à medida que a tecnologia evolui e o seu papel na sociedade aumenta. O Regulamento estabelece um quadro harmonizado, vinculativo e preparado para o futuro que nos permitirá abordar, nos próximos anos, os casos de abuso sexual de crianças online, os novos abusos deste tipo que venham a surgir no futuro e o aliciamento para exploração sexual infantil. Por conseguinte:

- **Apoiamos as sólidas salvaguardas que este Regulamento estabelecerá para assegurar que os fornecedores dos serviços online e a tecnologia usada respeitem os direitos fundamentais de todos os utilizadores, incluindo os das crianças. Entre outras coisas, as tecnologias terão de ser avaliadas pelo Conselho Europeu de Proteção de Dados, e não poderão ser extraídas mais informações do que as estritamente necessárias para detetar possíveis casos de abuso. A sua utilização será sujeita a um balanço dos direitos fundamentais por parte de uma autoridade independente e qualquer utilizador(a) afetado(a) terá direito a uma efetiva reparação.**
- **Acolhemos com satisfação a proposta de um Centro da EU, enquanto instituição independente com fortes ligações ao ecossistema existente. Este centro funcionará como um pilar vital na luta contra o abuso sexual de crianças online. Centros similares existentes em várias jurisdições por todo o mundo têm demonstrado o seu valor e utilidade na coordenação de esforços na luta contra o abuso sexual infantil. Com um forte mandato para assegurar ação por parte dos prestadores de serviços online, para apoiar os esforços de prevenção e para proporcionar a crucial reparação às vítimas, o sucesso do novo centro exigirá, desde o início, a colaboração sustentada de todos os sectores. Oferecemos o nosso conhecimento e apoio para ajudar na sua criação.**
- **Também nos congratulamos pela obrigação geral de avaliar os riscos e tomar medidas preventivas, tal como estabelecido na proposta do Regulamento, exigindo segurança no design. A criação de um novo sistema de transparência entre a tecnologia e os seus utilizadores fomentará a adoção de medidas, significativas e quantificáveis, para combater abuso sexual de crianças online.**
- **Com o tempo aprendemos que as ações voluntárias por si só não resolverão este problema. Para além destes esforços, a obrigação do uso de tecnologias seguras exigidas por uma autoridade independente é uma iniciativa bem-vinda para fazer frente a este crime em grande escala.**

Como com qualquer regulamento, acertar nos pormenores será de importância vital para o seu sucesso na obtenção de resultados sustentáveis para crianças e adolescentes. Acolhemos com satisfação a proposta da Comissão e manifestamos a nossa vontade de vir a trabalhar com todas as partes interessadas, contribuindo com o nosso conhecimento e experiência para criação de um ambiente online mais seguro. A nossa resposta coordenada contra as ameaças online às crianças é a única forma de mudar o rumo da exploração sexual e do abuso de crianças online.

Para mais informações ou para adicionar o seu nome e organização à lista, contacte com: emily.slifer@wearethorn.org

[*] Tradução da versão original em inglês

THORN 7



NSPCC



ChildFund Alliance



.stiftung digitale-chancen



ispcc



Terre des Hommes International Federation





CHILD10



Porrfri Barndom





#stop_sexting Educational Project

5Rights Foundation

AjudAjudar

AMANE

Arbeitsgemeinschaft Allergiekranke Kind

Astra anti trafficking action

Bund Deutscher Amateurtheater e.V. (BDAT)

Canadian Centre for Child Protection

Cesta z krize

Child Fund Alliance

Child Helpline International

Child Rescue Coalition

Child Safety Line Slovakia

Childnet

ECPAT Albania

ECPAT Austria

ECPAT Germany

ECPAT International

ECPAT Korea

ECPAT Liberia

ECPAT Luxembourg

ECPAT Netherlands

ECPAT Norway

ECPAT Spain

ECPAT Sweden

Eurochild

Foundation Together Albania

Fundacion ANAR

German Deutsches Kinderhilfswerk

Gyerekesély Közhasznú Egyesület (GYERE) Chances for Children Association (CCA)

Hintalovon Child Rights Foundation (ECPAT Hungary)

Hope for Children

Innocence in Danger

Instituto de Apoio à Criança

International falcon movement socialist educational international (IFM SEI)

International Justice Mission Germany

International Justice Mission: Center to End Online Sexual Exploitation of Children

Internet Watch Foundation

Irish Society for the Prevention of Cruelty to Children

Keep Kids Safe Movement

La Strada International

Lasten perusoikeudet - Children's Fundamental Rights ry

Lightup Norway

Lynn's Warriors

Malta Foundation for the Wellbeing of Society

Marie Collins Foundation

Missing Children 116 000 hotline (Switzerland)

Missing Children Europe

Monique Burr Foundation

Montessori Deutschland

National Center for Missing and Exploited Children

National Society for the Prevention of Cruelty to Children

NGO Magnolia

Patent Association (Patent Patriarchátust Ellenzők Társasága - Hungary)

PFAD Bundesverband der Pflege- und Adoptivfamilien e.V.

Porrfri Barndom (Porn Free Childhood)

Professor Abhilash Nair

Protect Children Finland (Suojellaan Lapsia ry)

Real Pearl Foundation/Igazgyöngy Alapítvány

Rights4Girls

Royal Virgin Islands Police Department

Save the Children Romania

Sonia Livingstone, LSE

Stiftung Bildung Community

Stiftung Digitale Chancen / Digital Opportunities Foundation Germany

SWGfL

Telefono Azzurro

Terre des Hommes International Federation

The Child 10 Foundation

The Lucy Faithfull Foundation

The Smile of the Child

Thorn

UK Safer Internet Centre

Weisser Ring

WeProtect Global Alliance

Women Against Violence Europe (WAVE)

Women's World Summit Foundation - Children Section

World Vision International